

# ALGUNS ASPECTOS DA ANTROPONÍMIA PRIMITIVA DA MADEIRA (SÉCS. XV E XVI)

## OS NOMES GEOGRÁFICOS E A ORIGEM GEOGRÁFICA E DIALECTAL DO POVOAMENTO NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Naidea Nunes Nunes

**P**ara conhecermos a antroponímia primitiva da Madeira nos séculos XV e XVI, utilizámos as fontes documentais: *Vereações da Câmara Municipal do Funchal (século XV)*; (1) «Livro dos Estimós do ano de 1494», (2) «Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara do Funchal», (3) *Livros de Contas da ilha da Madeira (1504-1537)* (4) e *Livros de Matrícula do Cabido da Sé do Funchal (1538-1558)* (5). Limitámos o nosso estudo a estes documentos, embora fosse importante abranger outras fontes documentais. No entanto, pensamos que o resultado deste trabalho é representativo da antroponímia primitiva madeirense.

Este estudo resulta do nosso interesse pelos antropónimos de colonizadores portugueses, de estrangeiros e de escravos que se fixaram no arquipélago da Madeira no início do povoamento. Sobre este tema apresentámos já, na Universidade de Lisboa, uma dissertação de Mestrado (6).

No presente trabalho, vamos centrar a nossa atenção apenas nos nomes geográficos dos povoadores nacionais, procurando estabelecer uma relação entre os nomes de pessoas e os nomes de lugares.

A antroponomástica, disciplina da onomástica que estuda os nomes

de pessoas ou antropónimos, tem pontos de contacto com a toponomástica, disciplina que estuda os nomes de lugares ou topónimos. Pois, assim como muitos topónimos surgem a partir de antropónimos (topo-antroponímia), também muitos antropónimos têm origem toponímica. Estes são os chamados nomes geográficos que, primitivamente, identificavam os indivíduos deslocados do seu local de origem, indicando a proveniência ou naturalidade destes.

Os estudos antroponímicos apresentam grande interesse, não só histórico mas também linguístico, a nível da lexicologia e da história da língua. As unidades antroponímicas podem ser divididas em prenomes ou primeiros nomes, que tradicionalmente são designados nomes próprios, e em segundos e terceiros nomes pela ordem que seguem o prenome. Estes segundos e terceiros nomes são designados, tradicionalmente, apelidos ou nomes de família. Utilizámos os termos segundo e terceiro nome por nos parecer mais adequado, na medida em que, inicialmente, estes nomes não ocorrem como formas cristalizadas e hereditárias, mas sim como elementos de identificação individual. Os segundos e terceiros nomes que surgem na antroponímia primitiva da Madeira

podem ser classificados em: patronímicos, nomes geográficos, nomes étnicos, alcunhas e nomes de profissão.

Neste trabalho, vamos estudar apenas os segundos e terceiros nomes geográficos que nos fornecem informações sobre a origem regional dos povoadores portugueses. Não vamos estudar os nomes étnicos, uma vez que apenas registámos um nome étnico atribuído a um povoador português — *Algarvio*. Os nomes étnicos também nos fornecem informações geográficas sobre a proveniência dos colonizadores, pois apenas se distinguem morfológicamente dos nomes geográficos por serem inicialmente adjectivos.

Pretendemos localizar os nomes geográficos dos primeiros colonizadores portugueses do arquipélago da Madeira, discutindo a origem geográfica e dialectal do povoamento e a formação dos «dialectos madeirenses».

### A IMPORTÂNCIA DOS NOMES GEOGRÁFICOS

O estudo da antroponímia, nomeadamente dos nomes geográficos, em relação com a geografia toponímica, constitui um auxiliar valioso para o conhecimento dos movimentos populacionais e para a história da

colonização do arquipélago da Madeira. Assim, pretendemos estabelecer correspondência entre os nomes de origem geográfica dos povoadores portugueses do arquipélago da Madeira e a toponímia continental, para ver se é possível determinar a proveniência regional dos primeiros colonizadores nacionais através da antroponímia.

Joseph Maria Piel destaca a importância dos nomes geográficos ao afirmar: «Sabido é que a esmagadora maioria dos apelidos portugueses é constituída por nomes de origem, quer dizer correspondentes a nomes de localidades, maiores ou menores. Figuram em segundo lugar vários tipos de nomes primitivamente individuais, de alcunhas e sobrenomes, antigos ou mais recentes. Um terceiro grupo, finalmente, hoje numericamente menos avultado, (...) corresponde a antigos patronímicos...» (7). Nos documentos dos séculos XV e XVI, relativos ao arquipélago da Madeira, que utilizámos como fontes documentais, registámos 320 nomes geográficos, 271 alcunhas e 59 patronímicos. Temos uma clara predominância dos nomes de origem toponímica, o que é normal numa região de colonização em que a identificação dos indivíduos era feita, frequentemente, através da respectiva naturalidade. A importância dos nomes geográficos não reside só no facto destes surgirem em grande número, mas também por nos poderem dar informações sobre a origem regional dos colonizadores da ilha, contribuindo assim para a discussão da origem geográfica e dialectal do povoamento do arquipélago da Madeira.

Ao contrário dos nomes de origem toponímica, os patronímicos (que são comuns a todas as regiões do país, dada a pobreza onomástica dos prenomes masculinos) e as alcunhas (que surgem espontaneamente em todas as regiões do país) não podem traduzir esta informação de distinção regional dos povoadores. Embora, Alberto Vieira afirme que há patronímicos predominantes em determinadas regiões do país que podem dar informações importantes sobre a origem dos colonizadores, tal como os nomes geográficos: «Num breve relance sobre a antroponímia dos iniciais povoadores da ilha (...) poder-

se-á sistematizar a sua estrutura e retirar algumas ilações que poderão permitir uma nova visão sobre a importância e origem das principais famílias que povoaram o nosso arquipélago: os apelidos patronímicos ou de proveniência geográfica são muito úteis neste domínio; todos nós sabemos que alguns patronímicos são característicos de certas áreas do país e que por associação desses com a realidade madeirense poder-se-á descobrir novos dados que corroboram a origem geográfica dos primeiros colonos. Quanto aos que apresentam uma proveniência geográfica ninguém tem dúvidas, como sucede com *Marcos de Braga, Francisco de Salamanca, João Florença, João Paris (...)*» (8).

#### LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS NOMES DE ORIGEM TOPONÍMICA

Na localização dos topónimos correspondentes a nomes de origem geográfica dos povoadores portugueses do arquipélago da Madeira, utilizámos, principalmente, o *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular* de Américo Costa. Recorremos ainda a outros dicionários corográficos e ao *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* de Pedro Machado. Apenas procurámos localizar geograficamente os nomes de origem correspondentes a topónimos no território continental português, excluindo os nomes geográficos de proveniência estrangeira e os que indicam residência na ilha.

Não nos interessa estudar a origem e o significado dos topónimos que estão na origem dos nomes geográficos, mas sim a sua localização geográfica, pois pretendemos conhecer a origem regional dos primeiros povoadores nacionais do arquipélago da Madeira.

Os nomes geográficos dos colonizadores da ilha da Madeira apresentam grande interesse para a discussão da origem geográfica do povoamento. No entanto, como observa Iria Gonçalves, (9) temos de ter em conta alguns problemas que surgem na localização dos nomes de origem toponímica, nomeadamente:

a) a dificuldade de localização de alguns topónimos, principalmente

quando estes provêm de pequenas povoações. Pensamos que conseguimos resolver este problema através da consulta do *Dicionário Chorográfico* de Américo Costa, que nos dá informações sobre os nomes de todas as cidades, vilas, freguesias, povoações, aldeias e lugares do continente português.

b) a ocorrência de várias formas homónimas de um mesmo topónimo em diferentes concelhos, distritos e regiões do país. A existência de muitos topónimos homónimos impede-nos, muitas vezes, de determinar a origem geográfica dos povoadores. Encontramos topónimos homónimos não só num mesmo distrito ou numa mesma região, mas, por vezes, também em diferentes distritos de várias regiões do país.

c) a atribuição de apelativos geográficos independentemente da origem do indivíduo ou de um seu antepassado, pois bastaria uma viagem ou estadia prolongada em determinada região para que o indivíduo fosse indentificado com ela. Como não podemos saber se alguns dos nomes de origem toponímica são atribuídos por afectividade e não por naturalidade, vamos considerar todos os apelativos geográficos indicativos da proveniência regional dos povoadores.

Na localização geográfica dos nomes de origem toponímica dos povoadores nacionais do arquipélago da Madeira, registámos as seguintes situações:

a) nomes de origem geográfica que correspondem a topónimos exclusivos de determinado distrito da região setentrional: *Agulha (de), Almecega (de), Aveiro (de), Barcelos (de), Barcos (de), Borges (de), Buarcos (de), Cairos (de), Caminha (de), Correia (de)* (10), *Faria (de), Frias (de), Gave (de), Góis (de), Lamego (de), Lima (de)* (11), *Loredo* (12), *Mascarenhas (de), Meireles (de), Melgaço, Melim, Melo (de), Nobrega (de), Palme (de), Ponte de Lima (de), Quadros (de), Renhobre (de), Salas (de), Teive (de), Vasconcelos (de), Velosa (da), Vila Real (de)*;

b) nomes de origem geográfica que correspondem a topónimos homónimos muito frequentes no norte de Portugal, localizados em diferentes distritos da região setentrional: *Agrela (de), Almeida (de), Alpoim (de), Além (de), Alvelos (de), Amorim (de),*

Araújo (de), Arcas (das), Ataíde (de), Azevedo (de), Baião, Barral, Braga (de), Brito (de), Cadilhe (de), Cardos, Cartas (de), Cerveira, Chaves (de), Cunha (de), Dornelas > Ornelas (de), Ferreira (de), Fonseca (de), Fraga (de), França (de), Freitas (de), Gaia (de), Gândara (de), Gouveia (de), Guimarães (de), Linhares (de), Lordelo (de), Macedo (de), Magalhães (de), Medeiros (de), Menezes (de), Miranda (de), Morais (de), Moreira, Mota (de), Nogueira, Novais (de), Paiva (de), Parada (de), Pedroso (de), Porto (do), Póvoas (das), Régua (da), Resende (de), Sá (de), Sequeira (da), Silva (da), Sousa (de), Tavares, Terra Nova (de), Travassos (de), Valadares (de), Veiga (da), Vila do Conde (de), Vila Lobos (de), Vilela:

c) nomes geográficos correspondentes a topónimos também muito frequentes no norte de Portugal e que correspondem apenas a um topónimo homónimo no centro ou sul do país, sendo muito mais provável a origem regional nortenha dos povoadores que apresentam estes nomes de origem toponímica: Abreu (de), Aguiar (de), Amaral, Arcos (de), Barbosa (13), Canha (de), Caria (de), Castro (de), Couto (do), Cova (da), Lemos (de),<sup>2</sup> Maia (da), Moura (de), Nabais (de), Poiares (de), Praça (da), Prado (do), Quintal (de), Tanque (do), Tarouca, Teixeira, Viana (de), Vieira:

d) nomes geográficos que correspondem a topónimos homónimos muito frequentes tanto na região setentrional como na região centro-meridional: Abrantes (de), Alhandra (de), Atouguia (de), Azinhal (do), Barradas, Barrocas, Barros (de), Campo (do), Carnide (de), Carreira (de), Carvalho (do), Carvalho, Castanheira (da), Corte (da), Cortes, Costa (da) (14), Donas (de), Figueira, Fontes (de), Horta (de), Lagos (de), Mata (da), Matos (de), Olival (de), Oliveira (de), Palma (da), Pereira, Pinheiro (de), Pó (do), Ponte (de), Rego (do), Ribeira (da), Ribeiro (do), Rocha (da), Saraiva, Serra (da), Silveira (da), Souto (do), Soveral (do) > Sobral, Taveira, Torre (da), Vale (do), Vila (da), Vila Nova, Viveiros:

e) nomes geográficos que correspondem a topónimos exclusivos da região centro-meridional: Almada (de), Beja (de), Calaça, Elvas (de), Évora (de), Gama (da), Lisboa (de), Mendonça (de), Oeiras (de), Portel,

Segura (de), Sintra (de), Sousel (de), Tomar (de), Vares (de), Vila Viçosa (de), Tavira (de), Pera (de), Peral (de), Pratas (de), Proença (de), Serradas:

f) nomes geográficos que não conseguimos localizar: Chequeda (de), Chelaria (de), Caçanha (de), Camiche (de), Cane (de), Pratel, Loronha/Noronha (de), Fragua (de), Armas (de). Algumas destas formas são, possivelmente, de origem geográfica estrangeira. Temos ainda nomes geográficos que não registámos, uma vez que apenas surgem como topónimos de quintas e herdades, por exemplo: Agea (de), Albardinha (de), Amil (de), Andrade (de), Cabral, Clara (de), Gamboa (de). Geralmente, estes topónimos provêm de antropónimos.

Muitos dos topónimos que encontramos na região centro-meridional são mais recentes do que os seus homónimos nortenhos e provêm destes. Temos, por exemplo, o nome de origem toponímica *Cairos (de)* que parece corresponder ao actual topónimo *Caires* (de Amares no distrito de Braga). Embora tenhamos também o topónimo *Monte dos Cairos* (em Aljezur no distrito de Faro), parece-nos mais provável que a origem do nome geográfico *Cairos* seja minhota e não algarvia, uma vez que o topónimo meridional é certamente posterior e resultante de alusão a família oriunda do norte. Peter Clode, nas notas à obra genealógica do cónego Vaz Menezes — *Famílias da Madeira e Porto Santo* —, ao falar do nome de origem toponímica *Cairos*, levanta a questão de saber qual a sua procedência, concluindo que os *Cairos* procedem do Minho: «Quando os documentos respeitantes ao período do povoamento, incluindo grande parte do século XVI, nos falam de forma expressa, da proveniência dos que se estabelecem na Madeira, é quase sempre o Entre-Douro e Minho que indicam. (...) Sem dúvida que outras províncias do reino contribuíram para o povoamento da ilha, mas em proporção muito inferior à do Entre-Douro e Minho. (15)» Não tivemos em conta topónimos do tipo *Monte dos Cairos*, na localização geográfica dos nomes de origem toponímica, uma vez que se trata de topo-antropónimos formados a partir dos topónimos nortenhos, isto é, estes topónimos fazem alusão a

proprietários locais de famílias provenientes do norte, em que o nome *Cairos* indicava inicialmente a origem geográfica do(s) indivíduo(s) (16).

Excluimos, ainda, da localização geográfica os topónimos compostos em que entram os nomes de origem toponímica que pretendemos localizar, sempre que temos topónimos com formas simples. Assim, apenas considerámos os topónimos com formas compostas quando não encontramos topónimos com formas simples correspondentes aos nomes geográficos, por exemplo: *Proença (de)* que parece corresponder ao topónimo composto *Proença-a-Nova* ou *Proença-a-Velha* no distrito de Castelo Branco. Os nomes de origem geográfica que correspondem a topónimos simples e compostos, por exemplo: *Miranda (de)* e *Oliveira (de)*, foram localizados apenas em relação aos topónimos simples.

Apesar das dificuldades em determinar a origem regional de alguns dos nomes geográficos, devido à existência de topónimos homónimos, a localização geográfica dos nomes de origem toponímica mostra-nos claramente o domínio dos nomes de origem que parecem indicar a naturalidade nortenha dos colonizadores nacionais no povoamento do arquipélago da Madeira.

#### PREDOMINÂNCIA DOS COLONIZADORES NORTENHOS NO POVOAMENTO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Considerando a divisão do território português em duas grandes regiões: a região setentrional que inclui os distritos de Viana do Castelo, Braga, Bragança, Vila real, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra; e a região centro-meridional que inclui os distritos de Castelo Branco, Santarém, Leiria, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro, tentámos localizar os nomes de origem geográfica correspondentes a topónimos no território continental português, procurando determinar a predominância de povoadores de uma destas regiões na colonização do arquipélago da Madeira.

Tendo em conta a existência de topónimos homónimos, os números que apresentamos, resultantes da localização geográfica dos nomes de

ORIGEM DOS POVOADORES PORTUGUESES DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA COM BASE NA LOCALIZAÇÃO TOPONÍMICA DOS NOMES GEOGRÁFICOS (SÉCULOS XV E XVI)

ORIGEM	N.º
Braga	463
Porto	421
Viana do Castelo	314
Viseu	178
Aveiro	163
Vila Real	101
Coimbra	79
Guarda	43
Bragança	37
Leiria	58
Santarém	53
Faro	49
Portalegre	24
Lisboa	23
Castelo Branco	22
Setúbal	13
Beja	13
Évora	13
<b>TOTAL</b>	<b>2067</b>



origem toponímica, não correspondem a povoadores efectivos, mas sim a probabilidades de origem dos povoadores por distritos do continente português. Assim, o primeiro distrito em frequência é o distrito de Braga com 463 ocorrências, em que os concelhos mais frequentes são: Vila Verde, Vila Nova de Famalicão, Amares, Barcelos, Guimarães, Fafe, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Braga. O segundo distrito em frequência é o Porto com 421 ocorrências, em que os concelhos mais frequentes são: Santo Tirso, Amarante, Paredes, Marco de Canaveses, Lousada, Vila Nova de Gaia, Maia, Paços de Ferreira, Penafiel, Felgueiras, Baião e Vila do Conde. O terceiro distrito em fre-

quência é Viana do Castelo com 314 ocorrências, em que os concelhos que mais parecem ter contribuído com povoadores para a colonização do arquipélago da Madeira são: Caminha, Melgaço, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Ponte do Lima, Ponte da Barca, Monção, Vila Nova de Cerveira e Valença. Seguem-se os distritos de Viseu com 178 ocorrências, Aveiro com 163 ocorrências, Vila Real com 101 ocorrências, Coimbra com 79 ocorrências e Bragança com 37 ocorrências, num total de 1799 ocorrências de topónimos correspondentes a nomes geográficos na região setentrional. Na região centro-meridional, temos o distrito de Leiria com 58 ocorrências,

o distrito de Santarém com 53 ocorrências, o distrito de Faro com 49 ocorrências, o distrito de Portalegre com 24 ocorrências, o distrito de Castelo Branco com 22 ocorrências e os distritos de Setúbal, Beja e Évora com 13 ocorrências cada, num total de 268 ocorrências.

Encontrámos nomes de origem geográfica correspondentes a topónimos pertencentes a todos os distritos do continente português. No entanto, verificamos a predominância clara dos povoadores com nomes de origem coincidentes com topónimos da região setentrional, mais especificamente da região de Entre Douro e Minho. Como conseguimos localizar a origem geográfica de quase todos os nomes de origem

toponímica dos povoadores portugueses, este parece ser um resultado representativo.

ESTUDOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS  
ANTERIORES QUE CONFIRMAM A PREDOMINÂNCIA  
NORTENHA DOS POVOADORES  
DA ILHA DA MADEIRA

A origem geográfica da população portuguesa responsável pelo povoamento da ilha da Madeira é um problema histórico que tem suscitado diferentes posições e abordagens.

Tradicionalmente, considerava-se que o maior contingente de povoadores da ilha provinha do Algarve. A tese da predominância algarvia na colonização da Madeira era sustentada pela afirmação de Gaspar Frutuoso: «E deu licença el-Rei a toda a pessoa que quisesse vir com ele [Zarco] para povoação das ditas ilhas, assim a do Porto Santo como da Madeira; mandou dar os homiziados e condenados, que houvesse pelas cadeias e Regno, dos quais João Gonçalves não quis levar nenhum dos culpados por causa da fé, ou treição, ou por ladrão; das outras culpas e homizios levou todos os que houve e forma dele bem tratados; e, da outra gente, que por sua vontade queriam buscar vida e ventura, foram muitos, os mais deles do Algarve.» (17) Esta informação, que tem origem na famosa *Relação* de Francisco Alcoforado (18), só é válida para os acompanhantes das primeiras viagens, como nos diz Rui Carita: «e mesmo para esses ainda pode ser objecto de correcção. Pois, tal como Zarco e Tristão, muita gente se encontrava no Algarve por estes tempos, em serviços vários, não sendo necessariamente gente oriunda do Algarve.» (19)

Alberto Iria (20) defende que, no século XV, predominou a presença algarvia no povoamento da ilha da Madeira. Este autor baseia-se nos livros de vereações da Câmara do Funchal, onde aparecem os nomes de muitos vereadores e primeiros povoadores da ilha, para alguns dos quais supõe a naturalidade algarvia. Contudo, Alberto Iria não defende a exclusividade dos povoadores algarvios no povoamento da Madeira, pois já conhece o trabalho de Ernesto Gonçalves, autor que afirma a predo-

minância minhota na colonização da ilha. No entanto, Alberto Iria tenta provar que as primeiras levadas de povoadores, durante o período henriquino, partiram dos portos de Silves, Lagos e Sagres. Logo, seria mais do que provável a predominância de naturais algarvios na ilha. Os principais argumentos que apresenta são os seguintes: a presença e mesmo residência do Infante D. Henrique no Algarve, o facto de o Algarve estabelecer a ponte de ligação entre as ilhas atlânticas e a metrópole, a plantação de açúcar na Madeira que teria sido levada do Algarve e a existência do nome local *Ilha (da)*, alcunha transformada em apelido de alguns homens de Lagos e Silves que depois de passar pela ilha regressaram ao Algarve. Alberto Iria afirma: «Não seriam, apenas, só por excepção, os algarvios que, inicialmente, povoaram a Madeira, em especial os da Casa do Infante — e muitos foram, conforme adiante provaremos — mas também os que pertenciam à sociedade local, segundo mais à frente veremos, e, ainda, como é natural, gente humilde e anónima, das regiões já indicadas: Lagos-Sagres e Silves-Aljezur — mais directamente ligadas, é fácil compreender, às andanças, por esses lugares, do próprio Infante D. Henrique.» (21) Alberto Iria, depois de salientar as relações de vária ordem estabelecidas entre o Algarve e a Madeira, pretende demonstrar as semelhanças étnico-culturais e linguísticas existentes entre estas duas regiões, sublinhando o interesse de «fazer um estudo de etnografia comparativa para determinar as muitas relações de semelhança dos actuais usos e costumes madeirenses com os de outras regiões de Portugal e, em especial, com os do Algarve, na culinária, nas danças, na doçaria e, até, na própria maneira de falar em certos sítios da Madeira e no extremo sul de Portugal.» (22)

Fernando Jasmins Pereira (23) contesta todos estes argumentos, afirmando que Alberto Iria força a naturalidade algarvia para os antropónimos: *Gastão da Ilha, Pedro Alemão, Diogo de Teive, Gonçalo Aires Ferreira, Diogo Afonso, João Afonso, Álvaro Eanes e Mendo Afonso*, sem ter em conta a existência de homónimos e as incoerências cronológicas

e de hierarquia social que tornam inviáveis as suas especulações. Este autor critica ainda a falta de rigor científico de Alberto Iria, que condiciona os dados para defender a tese algarvia no povoamento da ilha da Madeira, e aponta as lacunas deste estudo, que não refere um antropónimo cuja naturalidade algarvia é indiscutível — *Pedro Álvares de Lagos*. Jasmins Pereira escreve: «...nenhum dos dezassete nomes individualmente abordados foi documentado como algarvio — obrigam, por conseguinte, à conclusão de que Alberto Iria, ficando muito longe de provar a sua aliciente tese, sobretudo conseguiu exibir numerosas confusões e, em certos passos, até deficiente conhecimento de documentação e bibliografias no entanto consultadas (...) Notam-se de resto, lacunas estranhíssimas, entre as quais caberá que se não haja ocupado com o mínimo de pormenor de um vulto como *Pedro Álvares de Lagos* ou *do Trauto*, embora várias vezes o promettesse ao longo do seu livro (...) ora a naturalidade algarvia deste parece não sofrer discussão, pois inclusivamente os funchalenses a utilizavam para o distinguir de um homónimo, sobrinho do capitão.» (24)

Perante os indícios inegáveis de uma presença nortenha na ilha, alguns autores defenderam uma origem repartida, numa como que mistura em partes iguais, de povoadores do Algarve e do Minho. Oriando Ribeiro (25) defende a existência de duas vagas sucessivas de colonização da ilha, uma primeira vaga de origem algarvia e as vagas seguintes de origem setentrional, mais precisamente do Noroeste de Portugal. Assim, este autor afirma: «tendo a colonização da Madeira prosseguido durante o século XVI com grande incremento, compreende-se que o maior número de colonos fosse fornecido pelo Norte (...) Foi essa população que cresceu, que se desenvolveu e que, emitindo vagas sucessivas de emigrantes, apagou, ou pelo menos relegou para lugar secundário, aqueles primeiros traços da vida rural do Algarve.» (26)

Joel Serrão também defende a existência de duas vagas sucessivas de povoadores do Algarve e do Minho na colonização da ilha. Este autor escreve: «Os primeiros colonos que,

no século XV, trocaram a metrópole pelas ermas terras recém-descobertas, ou redescobertas, dirigiram-se ao arquipélago da Madeira, onde principiaram a fixar-se, com carácter permanente, a partir de 1425. De começo, oriundos do Algarve, parece legítimo afirmar-se que a essa primeira onda colonizadora se seguiu, no começo do século XVI, uma outra procedente do noroeste do país — desse Entre Douro e Minho cuja navegação cedo se habituaria a comerciar directamente com a ilha. Dir-se-ia que, desse modo, e, como que naturalmente, dado o condicionalismo demográfico português, a corrente emigratória se orientou a partir de regiões de povoamento mais denso, servidas pela barra do Douro e por outros portos nortenhos, então em plena actividade, empenhados no comércio ultramarino desse tempo.» (27)

Sabemos que o primeiro porto donde partiram as caravelas foi Lagos, daí provável presença de algarvios nas primeiras viagens de expansão e colonização portuguesas. Mas, sabemos também que, desde muito cedo, existiam na Madeira fortes ligações comerciais com o norte do país, pois a maior parte dos mercadores nacionais fixados na ilha era de origem setentrional e a distribuição dos produtos exportados para o reino fazia-se, principalmente, a partir do norte de Portugal. Alberto Vieira (28) apresenta a percentagem de 71% de mercadores nacionais oriundos do norte do Douro, contra 9% do Algarve e 13% de Lisboa e acrescenta que desde 1477 há referência a um comércio assíduo de panos e outros produtos desta área a troco de açúcar da ilha, o que parece confirmar a forte presença nortenha, no arquipélago da Madeira, desde o início do seu povoamento. Hoje sabemos que, no povoamento da ilha da Madeira, participaram gentes de todas as regiões do país, embora com inegável predomínio de povoadores do norte de Portugal.

Ernesto Gonçalves é o primeiro a combater a tese algarvia: já desde 1955 se insurge contra a opinião de que teria sido o Algarve a principal ou uma das principais fontes do povoamento do arquipélago da Madeira. Este autor escreve: «ainda permanece o erro de se julgar que o

povoamento da nossa ilha se deve principalmente a algarvios (...) sempre que se consegue apurar, sem a menor dúvida, a proveniência dum povoador, tanto no século XV como no seguinte, é, regra geral, de Entre Douro e Minho que ele veio (...) não me parece que o Algarve se encontrasse apto, demograficamente, para criar elementos de povoamento das terras novas» (29). Ernesto Gonçalves defende a predominância dos povoadores do norte do país (mais especificamente do Minho) na colonização da ilha, apresentando mesmo algumas observações de carácter linguístico para confirmar a sua tese nortenha, nomeadamente: a troca do *v* por *b* na prosa do escrivão da Câmara do Funchal, Afonso Anes, nas vereações de 1471. Ernesto Gonçalves afirma: «Afonso Anes algumas vezes fazia a troca do *v* por *b* e do *b* por *v* — e se o fazia é que o falar comum dos madeirenses do seu tempo estava de acordo com esse escândalo linguístico da gente do norte do reino. Sem dar por tal, o escrivão da câmara ia lavrando textos de singular valor filológico e, neste ponto, indiscretos quanto à proveniência de muitos moradores e povoadores da ilha que nos legaram a substância característica do nosso falar, embora a influência do sul do país se fizesse sentir um tanto, como era natural (30)». Segundo este autor, a troca do *v* pelo *b* nas formas: *bir* por *vir* e *bissem* por *vissem* aponta a origem setentrional do escrivão. Contudo, verificamos que este escrivão apresenta também formas com *v*, por exemplo: *verdade*, *haviam*, *servir*, *vereadores*, *servirom*, *escrivam* e *tevérom* (31). Este argumento, apresentado por Ernesto Gonçalves, além de pontual, resulta de confusão entre as grafias *b* e *v* que, nos documentos desta época, são difíceis de distinguir, o que, no entanto, não invalida a sua tese nortenha.

Sousa Melo, no seu estudo sobre a imigração na Madeira, confirma a predominância da imigração do norte do país no povoamento da ilha. O seu estudo baseia-se nas informações dos registos paroquiais de casamentos, uma vez que só estes indicam obrigatoriamente a naturalidade dos nubentes. O autor limita o seu estudo aos registos da paróquia da Sé do Funchal (de 1539 a 1600), por con-

siderar que estes são os mais representativos, na medida em que o Funchal é já nesta altura o centro económico e demográfico da ilha. Sousa Melo estabelece as seguintes percentagens de imigrados por regiões do continente português: 54,6% da província do Minho (distritos de Braga e Viana do Castelo), 13,2% do Douro Litoral (Porto), 8,3% da Estremadura, 5% das Beiras, 4,5% de Trás-os-Montes e Alto Douro, 3,7% do Algarve, 2,5% do Alentejo e 1,2% do Ribatejo. Este autor salienta que, apesar de não termos livros de registos dos primórdios do povoamento da ilha (pois estes registos só existem a partir de 1539), o resultado deste estudo pode ser representativo, porque as bases geográficas continentais da emigração portuguesa mantiveram-se sensivelmente invariadas até à época contemporânea. O que discorda da existência da primeira vaga de povoadores de origem algarvia, defendida por Orlando Ribeiro e Joel Serrão, Sousa Melo escreve: «as correntes migratórias de então — diferentemente do que hoje poderá acontecer pela simples intervenção de uma medida político-administrativa — não se improvisavam de um dia para o outro, não eram arbitrariamente desviadas dos seus destinos escolhidos, nem abruptamente secadas nas suas fontes: correspondiam a necessidades económico-sociais de populações enquadradas por um ambiente institucional e demográfico adverso e que buscavam nos resultados da mobilidade uma melhoria (...) E se, no somatório do período sobre que nos debruçámos, o conjunto dos distritos continentais de Braga, Viana do Castelo e do Porto compreende, só por si, 50% dos indivíduos de Portugal continental, não foi durante os 115 anos ou nas quatro gerações anteriores que se alteraram as bases geográficas da emigração portuguesa continental que, para mais, iriam continuar sensivelmente invariáveis até à época contemporânea.» (32) Sousa Melo conclui que a contribuição dos naturais do Algarve, mais especificamente do distrito de Faro apenas com 2,8% do total dos nubentes, para o povoamento da Madeira foi insignificante.

Maria Pinto, ao estudar a origem dos nubentes das freguesias da Ma-

deira (sem a freguesia da Sé) no século XVI, conclui que, «em termos geográficos, as origens dos residentes na Madeira remetem para a região norte de Portugal, destacando-se a área abrangida por Braga (11,0%), Viana do Castelo (8,4%), Porto e Aveiro. Lisboa representa apenas 1,5% do número total e para sul referem-se apenas dois indivíduos de Évora e um de Faro.» (33) Estes resultados são obtidos através dum estudo baseado também na exploração dos registos paroquiais de casamentos efectuados nas freguesias da costa sul da Madeira, onde se encontra o maior número de povoações. Este estudo, ao contrário do de Sousa Melo, não é limitado à paróquia da Sé do Funchal, pois tem em conta os assentos de vinte e duas das trinta e cinco freguesias então existentes, efectuados entre 1538 (ano em que se iniciam os registos) e 1600, mas os resultados são coincidentes, confirmando assim a predominância de povoadores do norte de Portugal na Madeira.

Jorge Dias, no seu estudo de etnografia madeirense, aponta algumas semelhanças étnico-culturais existentes entre a Madeira e o norte de Portugal, mais especificamente o Minho e a Beira Litoral. Ao questionar a origem geográfica dos povoadores da ilha da Madeira, este autor escreve: «É de supor que fosse de diferentes províncias (...) A maioria devia ter acompanhado os seus senhores, outros viriam depois talvez movidos pelas facilidades concedidas e ideias de ganho. É de crer que um grande número viesse da província de Entre-Douro-e-Minho, onde muitos dos senhores da Madeira conservavam os seus solares. Outros provavelmente, eram das imediações de Lagos, cujo porto D. Henrique utilizou e por onde se fazia o comércio com as novas terras descobertas.» (34) Jorge Dias também reconhece o domínio dos povoadores de Entre-Douro-e-Minho. Este autor mostra que existem muitas analogias culturais entre a Madeira e o norte de Portugal, no que se refere às alfaias agrícolas, aos instrumentos de debulhar, aos moinhos, à tecelagem, aos instrumentos musicais e ao folclore musical. Estas semelhanças ou relações de parentesco verificam-se tanto nos por-

menores técnicos como na nomenclatura.

#### A ORIGEM GEOGRÁFICA DO POVOAMENTO E OS «DIALECTOS MADEIRENSES»

A discussão histórica e etnográfica sobre a origem geográfica do povoamento do arquipélago da Madeira leva-nos ao problema da origem dialectal dos povoadores. Se na colonização da Madeira houve o domínio de colonos do norte, como explicar o desaparecimento dos traços fonéticos conservadores dos dialectos setentrionais e mesmo a ausência destes traços nos documentos redigidos na Madeira nos primeiros tempos de colonização?

Para podermos levantar algumas hipóteses explicativas sobre o desaparecimento de alguns traços conservadores dos dialectos setentrionais nos «dialectos» do arquipélago da Madeira, temos de referir o que aconteceu no português do Brasil. Lindley Cintra (35) estuda o problema da coincidência da pronúncia brasileira com a pronúncia do sul de Portugal continental, no que se refere a características fundamentais dos dialectos centro-meridionais que se opõem aos dialectos setentrionais. Após referir a hipótese da predominância dos povoadores do sul de Portugal na colonização do Brasil, primeira hipótese que ocorreu a grande parte dos linguistas que se ocuparam do mesmo problema relativamente ao espanhol da América, onde teriam predominado colonizadores espanhóis das províncias meridionais (principalmente andaluzes), Lindley Cintra informa que a teoria do andaluzismo do espanhol da América foi posta de parte, porque hoje sabemos que não houve domínio dos colonizadores meridionais. Este autor refere o estudo de Serafim da Silva Neto (36) que conclui que não houve domínio do sul na emigração dos primeiros tempos para o Brasil, pois parece ter havido sensível equilíbrio e mesmo domínio dos povoadores naturais do norte. Serafim da Silva Neto explica a coincidência da pronúncia do Brasil com os dialectos meridionais de Portugal continental devido ao facto de tanto o português do sul como o português do Brasil surgirem em

zonas de colonização, onde teria ocorrido uma espécie de *Koiné*, resultante da desdialectalização ou média dos falares dos colonizadores que provinham de diferentes regiões. Lindley Cintra considera esta hipótese de Serafim da Silva Neto aceitável mas insuficiente, pois não explica porque é que em diferentes regiões de colonização se teria chegado a uma mesma média ou a um «denominador comum». Lindley Cintra aponta a seguinte explicação: «o facto várias vezes apontado de o português do Brasil apresentar uma série de características fonéticas que o aproximam dos falares meridionais do português da Europa deve-se possivelmente à generalização, na língua dos colonizadores, das características de uma pronúncia que, como ainda hoje acontece no continente português, era a que apresentava maior força expansiva, não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite.» (37) O parecer de Serafim da Silva Neto é favorável a esta explicação, pois concorda que do encontro de duas variedades regionais de uma mesma língua, numa área de colonização, resulta a eliminação dos traços sentidos como «rusticismos». Assim, a pronúncia dos dialectos centro-meridionais, por ser de uma zona de colonização, tem qualidades de simplicidade que lhe conferem maior poder de penetração, apesar dos colonizadores meridionais serem mais escassos. Paul Teyssier também concorda com esta explicação, ao escrever: «Pesquisas mais profundas, porém, vieram mostrar que o povoamento europeu se fez a partir de todas as regiões de Portugal. O que sucedeu, de facto, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma *Koiné* por eliminação de todos os traços marcados dos falares portugueses do norte e por generalização das maneiras não marcadas do centro-sul.» (38)s

Esta discussão aplica-se, com igual interesse, aos dialectos das ilhas atlânticas, regiões de colonização, e, particularmente, ao arquipélago da Madeira. Lindley Cintra afirma que o dialecto madeirense, (assim como o açoreano), apesar de apresentar características fonéticas próprias se enquadra no grupo dos

dialectos centro-meridionais: «Os dialectos falados nos arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira representam — como era de esperar da história do povoamento destas ilhas, desertas no momento em que os portugueses as descobriram — um prolongamento dos dialectos portugueses continentais. Considerando a maior parte das características fonéticas que neles se observam, pode-se afirmar, com maior precisão, que prolongam o grupo dos dialectos centro-meridionais.» (39) Contudo, em estudos posteriores, Lindley Cintra afirma a «originalidade de certos traços linguísticos, principalmente fonéticos» (40) que caracterizam o dialecto madeirense, sublinhando que não devemos falar em dialecto mas em «dialectos madeirenses», devido às variedades internas dos falares da ilha. Este autor define os traços fonéticos gerais, isto é, comuns a todos os dialectos da ilha, e os traços fonéticos mais específicos ou particulares de alguns destes dialectos. Todos esses traços linguísticos individualizam estes dialectos insulares em relação aos dialectos continentais. Como os «dialectos madeirenses» apresentam a conservação e mesmo multiplicação dos ditongos, que no sul de Portugal sofrem monotongação, Lindley Cintra revê a sua posição e diz não concordar com Leite de Vasconcelos quando este afirma que o dialecto madeirense teria a sua origem no sul de Portugal: «Les parlers insulaires, comparés à ceux du continent, se dénoient (surtout celui des Açores) comme originaires du Sud du Portugal.» (41) No entanto, segundo Lindley Cintra, os «dialectos madeirenses» também não se integram no grupo de dialectos setentrionais, uma vez que não apresentam alguns traços fonéticos típicos destes dialectos conservadores, nomeadamente: a conservação dos ditongos /ow/ e /ej/, a existência de sibilantes ápico-alveolares, a conservação da antiga africada patatal surda [tʃ] e a troca do *b* por *v* (42).

Lindley Cintra defende que, nos «dialectos madeirenses», ocorreu uma mistura de características próprias de ambos os grupos de dialectos continentais: os dialectos setentrionais e os dialectos centro-meri-

dionais. O que aponta para a presença na ilha de povoadores pertencentes aos dois grupos dialectais e permite estabelecer a existência de um novo grupo dialectal: «Quer isto dizer, evidentemente, que não parece certo afirmar sem hesitação que o grupo de dialectos madeirenses (como aliás os açoreanos) pertencem ao grupo dos dialectos meridionais do Continente como também será inexacto associá-los sem reservas ao grupo dos setentrionais. Misturam-se neles características próprias de ambos os grupos, o que obriga a situá-los num grupo à parte - insular.» (43)

Ivo Castro situa os dialectos das ilhas atlânticas no grupo de dialectos centro-meridionais, ao escrever: «Os dialectos meridionais, por seu lado, correspondem à chamada área da Reconquista (...) À população autóctone, mais ou menos islamizada, falando muito provavelmente árabe, vieram adicionar-se levas de colonos provenientes do norte (e das províncias do norte de Espanha ou mesmo de França). O galego-português transplantou-se para estas terras, onde não tinha nascido, e nelas deu origem, através de um processo do tipo *Koinê*, a novos dialectos ainda menos marcados e diferenciados que os do norte, mas ocupando áreas muito mais extensas, ainda que menos habitadas, e mais influentes, pois é a partir destes dialectos centro-meridionais que o padrão se desenvolveu (...) Se, mudando de terreno, nos voltarmos agora para os dialectos das ilhas atlânticas, Açores e Madeira, e lhes aplicarmos os mesmos critérios que usámos no continente, sem dificuldade poderemos concluir que eles se integram no grupo de dialectos centro-meridionais, pois não possuem os traços identificadores dos dialectos setentrionais, facto que, historicamente, se deverá atribuir a um nivelamento análogo ao que ocorreu no sul, pois no povoamento das ilhas participaram colonos vindos de todas as províncias, e não exclusivamente do Alentejo e Algarve.» (44)

Terá ocorrido na Madeira o mesmo fenómeno de *Koinê* que ocorreu no Brasil e no sul de Portugal, regiões de colonização em que participaram colonos de todas as regiões dialectais do país, sendo que a semelhança

entre estas três regiões com os mesmos resultados, como sugere Lindley Cintra, pode ser explicada através da maior força expansiva das inovações dos dialectos centro-meridionais. É necessário salientar a existência de condições favoráveis ao surgimento de inovações nas regiões de colonização, o que pode explicar a perda dos traços dialectais conservadores do norte e a generalização do sistema simplificado do sul. A par com a hipótese da maior força expansiva dos dialectos centro-meridionais, podemos levantar a hipótese de evolução espontânea, independentemente das inovações ocorridas no centro e sul de Portugal, que teria produzido resultados semelhantes aos dos dialectos centro-meridionais na ilha da Madeira. Esta hipótese explicativa surge quando constatamos que alguns fenómenos de evolução fonética, que ocorreram no centro e sul de Portugal, se manifestam desde muito cedo na ilha, mesmo antes de estarem consolidados na língua padrão, como deixa transparecer a grafia de alguns documentos redigidos na ilha, em fins do século XV e no século XVI, apesar da esmagadora predominância de povoadores da região setentrional na colonização do arquipélago da Madeira.

Os «dialectos madeirenses», além de apresentarem o sistema simplificado dos dialectos centro-meridionais, apresentam também traços fonéticos particulares, nomeadamente: a ditongação de *u* e *i* tónicos e a palatalização da consoante lateral quando precedida de *i*. O que vem confirmar a hipótese de evoluções independentes em relação à região centro e sul de Portugal com resultados semelhantes, mas também com traços específicos que caracterizam os «dialectos madeirenses». No entanto, é preciso ter em atenção que estes «dialectos» ainda não sofreram um estudo exaustivo, sendo possível descobrir, nas zonas mais isoladas, alguns traços conservadores do português antigo característicos do norte de Portugal. Foi o que aconteceu num estudo recente e específico realizado no norte da ilha da Madeira, mais especificamente no concelho de S. Vicente, por Paula Freitas que, ao descrever o sistema vocálico do falar de S. Vicente, en-

controu alguns traços fonéticos comuns ao norte de Portugal. Esta autora refere a transplantação do português do século XV para a ilha com os primeiros povoadores, que teria evoluído com características próprias. Mas, no que se refere ao falar de S. Vicente, afirma que, devido ao seu isolamento geográfico, apresenta formas arcaicas ainda conservadas nos dialectos nortenhos, sublinhando que «o isolamento funcionou como «congelador» de alguns aspectos fónicos da língua recebida». Depois de apontar e descrever esses traços fonéticos conservadores, a autora conclui que «não podemos com isto afirmar que este falar regional, assim como o madeirense em geral, tenha tido a sua origem única e exclusiva no Norte de Portugal, pois há «desvios» comuns a todo o país. Mas também é certo que esta variante linguística regional apresenta muitas afinidades com o falar do Norte», (45) o que, segundo a autora, vem confirmar a predominância dos povoadores do norte de Portugal na colonização da ilha.

O estudo da antroponímia primitiva da Madeira permite-nos tirar as mesmas conclusões de predominância dos colonizadores naturais do norte de Portugal no povoamento da ilha da Madeira, coincidindo assim com os estudos de história, de etnografia e de dialectologia já efectuados.

Verificámos que na antroponímia dos povoadores do arquipélago da Madeira nos séculos XV e XVI, predominam os nomes geográficos que correspondem a topónimos da região setentrional de Portugal continental, mais especificamente da região de Entre Douro e Minho. Estes segundos e terceiros nomes geográficos indicam a frequente origem nortenha dos povoadores nacionais que colonizaram a ilha da Madeira.

A predominância dos povoadores nortenhos na colonização da ilha, não impediu a difusão de traços fonéticos inovadores característicos dos dialectos centro-meridionais de Portugal continental, o que teria ocorrido nesta região de colonização através de um fenómeno de *Koiné*, dada a maior força expansiva das inovações do centro e sul de Portugal que se teriam generalizado, apesar do número escasso de povoadores daí oriundos. Outra hipótese expli-

cativa, que também nos parece viável, é a evolução espontânea do português transplantado para a ilha com os primeiros povoadores portugueses, originando os «dialectos madeirenses», independentemente das inovações que surgiram no centro e sul de Portugal, dadas as condições comuns, favoráveis ao surgimento de inovações, que existiam nas ilhas atlânticas assim como no sul de Portugal e no Brasil — regiões de colonização. Esta hipótese explicaria também a existência de traços fonéticos específicos em cada uma destas regiões, permitindo assim classificar os «dialectos madeirenses» como dialectos independentes dos dialectos portugueses continentais e integrados no grupo de dialectos insulares.

#### NOTAS

- 1 COSTA, José Pereira da, *op. cit.*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.
- 2 RAU, Virgínia e MACEDO, Jorge de, «Livro dos Estimios do ano de 1494», *O açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962, p. 47-98.
- 3 MELO, L. F. Cardoso de Sousa, Arquivo Histórico da Madeira, 5 vols. Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1972-1990.
- 4 PEREIRA, Fernando Jasmins e COSTA, José Pereira, *op. cit.*, I — *Almoxarifados e Alfândegas*, Coimbra, 1985 e II — *Registo da produção de açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989.
- 5 COSTA, José Pereira da, *op. cit.*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994.
- 6 NUNES, Naidea, *Antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV e XVI)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1996. (Trabalho não publicado).
- 7 PIEL, Joseph Maria, «Sobre os apelidos portugueses do tipo patronímico em -ici/-es (Rodrigues)», *Boletim de Filologia*, tomo XXI, 1965, p. 167.

- 8 VIEIRA, Alberto, «Antroponímia madeirense. Ontem e hoje», *Diário de Notícias*, 29 de Abril, Funchal, 1990, p. 2.
- 9 GONÇALVES, Iria, «Amostra de antroponímia alentejana do século XV», *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 81-83.
- 10 Leite de Vasconcelos defende a origem botânico-geográfica do nome *Correa* > *Correia*. Cf. VASCONCELOS, Leite de, *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 163, 166 e 68 e *Opúsculos: Onomastologia*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 70.
- 11 Registámos o nome geográfico *Lima* (de) separadamente de *Ponte de Lima* (de), embora possamos levantar a hipótese daquele ser uma forma reduzida ou elíptica deste.
- 12 O nome geográfico que surge nos documentos parece ser *Loreda* e não *Louredo*, que é um topónimo muito frequentem no norte de Portugal.
- 13 Leite de Vasconcelos defende a origem botânico-geográfica deste nome, significando terra abundante de barbas, ao escrever: «A prova de que o apelido *Barbosa* é originariamente nome geográfico está em que num documento do século XIII (...) ele vem precedido de *de: Dom Fernan Perez de Barbosa (...)* *D. Sancho Nunes de Barbosa (...)* *he seu solar a quinta de Barbosa, no termo do Porto, donde tomaram o apelido.*» Cf. VASCONCELOS, 1931, p. 69.
- 14 Embora este nome não pareça levantar dúvidas quanto à sua origem geográfica, Pedro Machado não considera tratar-se de um nome de origem toponímica ao escrever: «Não creio que o apelido *Costa* se refira a uma povoação denominada *Costa*, mas sim ao facto de a pessoa que o recebeu, inicialmente como alcunha, provir de regiões do litoral. *Da Costa* tratar-se-ia, a ser assim, de apelido iniciado em regiões do interior.» Cf. MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Horizonte/Confluência, 1984. Leite de Vasconcelos considera ser um nome geográfico de denominação topográfica de declive no litoral, ou adaptação do

- apelido francês *de la Coste*. Cf. VASCONCELOS, 1928, p. 159 e 289 e 1931, p. 16. Classificámos este antropónimo como nome geográfico.
- 15 VAZ, Fernando de Menezes, *op. cit.*, Vol. I, nota IIIB, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1964, p. 356.
- 16 O mesmo aconteceu no arquipélago da Madeira, onde se formaram muitos topónimos a partir de antropónimos por alusão a proprietários locais, por exemplo, o topónimo *Canhas*, no concelho da Ponta do Sol, distrito do Funchal, que parece ter origem no nome geográfico *Canha (de)*, possivelmente de *Rui Pires de Canha*, um dos primeiros povoadores que teve terras de sesmaria na localidade.
- 17 FRUTUOSO, *Livro segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1979, cap. VIII, p. 54.
- 18 «Relação de Francisco Alcoforado», *Descobrimento da ilha da Madeira. Ano 1420. Epanáfora Amorosa* (de Francisco Manuel de Melo), p. 93. Esta é a fonte onde foram beber o cónego madeirense Jerónimo Dias Leite e, por sua via, Gaspar Frutuoso.
- 19 CARITA, Rui, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e produção açucareira*, vol. 1, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, p. 46 (nota 36).
- 20 IRIA, Alberto, *O Algarve e a ilha da Madeira no século XV*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.
- 21 IDEM, *ibidem*, p. 44.
- 22 IDEM, *ibidem*, p. 383 (nota de rodapé).
- 23 PEREIRA, F. Jasmims, «O Algarve e a Madeira — Críticas e aditamentos a Alberto Iria», *Estudos sobre História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1975, pp. 283-296.
- 24 IDEM, *ibidem*, p. 295.
- 25 RIBEIRO, Orlando, *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- 26 IDEM, *ibidem*, p. 32.
- 27 SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972, pp. 100-101.
- 28 VIEIRA, Alberto, *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias. (Alguns elementos para o seu estudo)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1987.
- 29 GONÇALVES, Ernesto, «No Minho ao sol do Verão», *Portugal e a ilha*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992, pp. 441-442 (nota final).
- 30 IDEM, «Os homens bons do concelho do Funchal em 1471», *ibidem*, p. 30.
- 31 IDEM, *ibidem*, pp. 29-30.
- 32 MELO, Sousa, «A imigração na Madeira. Paróquia da Sé 1539-1600», *História e Sociedade*, n.º 6, Lisboa, Dezembro de 1979, p. 55.
- 33 PINTO, Maria Rocha e RODRIGUES, F., «Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI», *Actas: III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, p. 447.
- 34 DIAS, Jorge, «Nótulas de etnografia madeirense: contribuição para o seu estudo as origens étnico-culturais da população da ilha da Madeira», *Biblos*, vol. 28, 1952, p. 180.
- 35 CINTRA, Lindley, «Alguns estudos de fonética com base no Atlas linguístico da Península Ibérica», *Anais do primeiro congresso brasileiro de língua falada no teatro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1958, pp. 186-195.
- 36 NETO, Serafim da Silva, «A língua portuguesa no Brasil», *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Dinalivro/Presença, 1992 (6.ª edição), pp. 581-592.
- 37 Cf. CINTRA, 1958, p. 195.
- 38 TEYSSIER, Paul, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, p. 78.
- 39 CINTRA, Lindley e Celso Cunha, «Unidade e diversidade da língua portuguesa», *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1990 (7.ª edição), p. 19.
- 40 CINTRA, Lindley, «Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses» (estudo inédito apresentado no II Congresso de Cultura Madeirense, iniciativa dos estudantes universitários madeirenses, no dia 28 de Dezembro de 1990).
- 41 VASCONCELOS, José Leite de, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica — Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987 (3.ª edição), p. 130.
- 42 CINTRA, Lindley, «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses», *Estudos de dialectologia portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, pp. 117-163.
- 43 CINTRA, Lindley, «Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses» (texto inédito), p. 28.
- 44 CASTRO, Ivo, «A língua portuguesa no tempo e no espaço», *Falar melhor. escrever melhor*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1991, pp. 80-81.
- 45 SILVA, Paula de Freitas, *O Falar de S. Vicente. Descrição do sistema vocálico*, Câmara Municipal de São Vicente, 1994, p. 80.